

Sindsep realizou atendimento jurídico em Pinheiro, e nesta sexta-feira, 18, será a vez de Pedreiras

O Sindsep/MA realizou durante todo o dia de ontem, 17, atendimento jurídico na Secretaria Regional de Pinheiro.

Ao todo mais de 50 filiados foram atendidos e obtiveram informações sobre seus processos judiciais.

Além do atendimento jurídico, o Sindicato reuniu-se com os servidores e debateram questões como: Campanha Salarial, PEC 101, Reunião com o MGI (que aconteceu no último dia 10) dentre outros temas.

Essa atividade já foi realizada em outras regionais, e se-

gundo a Direção, as regionais que ainda não foram contempladas irão compor um calendário de atividades para que os filiados possam ter acesso ao serviço de assessoria jurídica em sua região.

Amanhã, 18, será a vez da Regional de Pedreiras.

Desde já o Sindsep/MA convida todos os filiados da Regional para irem até a sede da entidade para obterem mais informações sobre o andamento dos processos.

É o Sindsep/MA trabalhando para em prol da categoria.



Horário de verão não voltará este ano, anuncia governo federal



O governo federal decidiu ontem, 16, não retomar o horário de verão, extinto em 2019. O anúncio foi feito pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, após uma reunião que avaliou os impactos econômicos e energéticos da medida.

De acordo com o governo, o benefício econômico com antecipação dos relógios em 1 hora em todo o Brasil não justifica a sua adoção, sendo mantido o horário convencional em todo o país. O caso foi analisado após estudos, e o governo chegou à conclusão de que não há necessidade para adotar o horário de verão para este ano.

“Temos a segurança energé-

tica assegurada. É o início de um processo de restabelecimento, ainda que muito modesto, de nossa condição hídrica”, afirmou o ministro, apontando que ainda vai ser avaliada essa possibilidade em 2025.

A discussão sobre o retorno ou não do horário de verão, que começou há cerca de um mês, teve como pano de fundo a preocupante insuficiência de chuva no país.

Com a seca e as queimadas que castigam diversas regiões, principalmente o Sudeste e o Centro-Oeste, a medida voltou a ser discutida como alternativas para diminuir a sobrecarga do sistema energético e mitigar o impacto do esvaziamento de reservatórios.

Quando começou o horário de verão no país

O retorno do horário de verão foi sugerido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no mês passado, devido à seca que

atinge o Brasil. O objetivo da medida é de economizar energia, e com isso ter o maior aproveitamento da luz natural.

O horário brasileiro de verão foi instituído pela primeira vez, pelo então presidente Getúlio Vargas, de 3 de outubro de 1931 a 31 de março de 1932.

No Brasil, funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando, em abril, o governo federal decidiu revogá-lo, alegando pouca efetividade na economia energética.

Antes da extinção, o período de vigência do horário de verão entre os meses de outubro e fevereiro era definido, de acordo com critérios técnicos, para aproveitar as diferenças de luminosidade entre os períodos de verão e do restante do ano.

A medida impactava na redução da concentração de consumo elétrico entre 18h e 21h.

Fonte: CUT

IFMA inicia ação inédita de qualificação profissional para população de rua

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Centro Histórico deu início, na manhã desta quarta (16), ao curso de formação inicial de Agente de limpeza e conservação, no âmbito do Programa Mulheres Mil, destinado à população em situação de rua.

O IFMA é um dos seis institutos federais do país a ofertar os cursos para essa população. Outras iniciativas estão sendo realizadas nas cidades de Aracaju, Salvador, Nova Iguaçu (RJ), São Paulo e Recife.

A aula inaugural foi realizada na sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no bairro Diamante, na capital, com a participação de 38 mulheres em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade. No primeiro encontro do curso foram entregues kits escolares e fornecida orientação pedagógica, além das boas-vindas dos representantes das instituições articuladoras e parceiras da ação de qualificação.

“O projeto Mulheres Mil é espetacular”, avaliou o diretor executivo do IFMA, Gedeon Reis, que representou o reitor Carlos César Teixeira no evento. “O curso é de uma importância muito grande tanto do ponto de vista educacional quanto social, ao propiciar a inclusão no mundo do trabalho”, prosseguiu.

“Mais uma vez o Campus Centro Histórico cumpre sua missão ao capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade, proporcionando a elas condições reais e objetivas de mudança de vida”, lembrou a diretora geral da unidade, Luciene Amorim. “Sabemos que o contexto é complexo e por



isso é relevante o comprometimento de diversos atores políticos e instituições, que visam incluir todas essas pessoas, para que sejam sujeitos de suas histórias”, destacou. “Como docente e mulher negra sinto-me orgulhosa de participar e contribuir com o sucesso de outras mulheres, através da educação”, finalizou.

As aulas do curso serão ofertadas, de outubro a dezembro, com carga horária total de 160 horas. A escolha do curso de Agente de limpeza e conservação foi feita por um grupo de mulheres em situação de rua, durante apresentação do Programa Mulheres Mil pela coordenadora geral Dayse Araújo, realizada em setembro, na sede do Centro de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop Centro).

“Acolhemos com grande alegria esse curso de Agente Limpeza e Conservação, pois é um meio de promover as mulheres e as famílias acompanhadas pelo CRAS e pelo Centro pop, um meio de qualificação e inserção no mercado de trabalho para que elas possam superar as situações de vulnerabilidades sociais e risco”, ressaltou a coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS Centro, Adrianny Araujo. “A ação permite que elas vislumbrem um futuro para si e suas famílias de forma mais digna e

atendidas de forma integral pelas políticas públicas”, finalizou.

As concluintes, ao final do curso, receberão certificado e auxílio financeiro de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), no caso de contabilizarem 100% de presença nas aulas. A ação de qualificação atende os preceitos da Lei no 14.821, de 16 de Janeiro de 2024, que instituiu a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua, destinada a promover os direitos humanos de pessoas em situação de rua ao trabalho, à renda, à qualificação profissional e à elevação da escolaridade.

Participaram, também do evento, a coordenadora sistêmica do Programa Mulheres Mil no IFMA, Dayse Rocha; a superintendente de Proteção Especial de Média Complexidade, da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís, Nuber-vane Silva Moreira, o coordenador do Programa Mulheres Mil no IFMA Campus Centro Histórico, Danilson Ferreira e o coordenador do Centro de Referência Especializados para População em Situação de Rua/Centro Pop Centro), Enilson Dias, além de demais integrantes das equipes dos órgãos articuladores da ação.

Fonte: IFMA